

**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES
2015**

Visto,

M
2016-04-11



Inspeção Regional da Administração Pública



Integridade
Responsabilidade
Acuidade
Parcimónia

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials.



Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Razão de Ser.....	3
1.2. Missão, Visão, Objetivos Estratégicos e Valores.....	5
1.3. Extrato do Plano de Atividades para 2015.....	6
2. EXECUÇÃO MATERIAL DO PLANO DE ATIVIDADES	7
2.1. Ações Desenvolvidas.....	7
2.2 Pessoal Afeto.....	11
2.3. Direitos Sociais dos Colaboradores.....	13
2.4. Atividade Secundária à Missão.....	14
2.5. Ações dos Inspetores	16
2.6. Execução Financeira	18
3. AUTOAVALIAÇÃO.....	20



1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. RAZÃO DE SER

O presente Relatório de Atividades visa narrar de forma simples e concisa a ação da Inspeção Regional da Administração Pública levada a cabo no ano 2015.

O imperativo legal das organizações públicas elaborarem um relato anual da sua atividade decorre do princípio da administração aberta, que reconhece a todas as pessoas, diretamente interessadas ou não, o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, isto é, aos documentos reveladores da sua atividade.

O Relatório de Atividades é um documento síntese demonstrativo da responsabilidade da gestão, tendo em conta os objetivos propostos e os resultados alcançados com os recursos disponibilizados.

Assim, o documento, agora apresentado, visa evidenciar os resultados alcançados, aferidos tendo em consideração o previamente estabelecido em sede do QUAR de 2015 e o enumerado no Plano de Atividades da Inspeção Regional da Administração Pública, doravante simplesmente referida como IRAP, para esse ano.

As normas definidoras das atribuições e da organização da IRAP estão integradas na Orgânica da Vice-Presidência do Governo Regional, Emprego e Competitividade Empresarial, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2013, de 11 de julho. Trata-se de um serviço simples, dirigido por um Inspetor Regional, coadjuvado por um Subinspetor Regional, com um corpo de inspetores e de auditoria e um núcleo administrativo que lhes dá apoio.

Acresce referir que o apoio informático é prestado pelo Centro de Informática e o apoio administrativo-financeiro é assegurado pela Divisão de Administração, ADSE, Passaportes e Licenças (DALP), ambos dependentes do Gabinete da Vice-Presidência do Governo Regional, Emprego e Competitividade Empresarial.



A IRAP concretiza as suas atribuições, fundamentalmente, através da realização do seu Plano de Atividades, onde são inscritas as auditorias e inspeções ordinárias, não obstante ocorrer à resolução de outras situações que objetivamente se justifiquem e sejam superiormente determinadas, face às solicitações externas da sociedade onde se insere.

As demandas dos cidadãos e de entidades públicas e privadas são de variada índole, apresentadas de forma diversa e visam diferentes entidades administrativas sedeadas na Região Autónoma dos Açores.

As ações inspetivas, porém, só aferem da legalidade dos atos, dos contratos e eventualmente dos regulamentos. Podem, no entanto, detetar ilícitos administrativos *stricto sensu* ou de ordem financeira, civis e até criminais. À parte destes últimos que são participados ao Ministério Público, os outros ilícitos são submetidos a contraditório e, após ponderação, caso persista a convicção de ilícito, encaminham-se, na sequência de determinação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, para o Ministério Público junto do tribunal competente. Sempre que auditada matéria de índole financeira, quer se detete ou não atos ilícitos geradores de responsabilidade financeira, remete-se para a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas o competente relatório.

Das várias demandas, participações, denúncias, pedidos de colaboração ou queixas e em particular as eletrónicas, o caminho seguido nem sempre coincide com o percurso enunciado. O Inspetor Regional, no uso de uma “magistratura de influência” ou de “provedoria”, tenta, e maioritariamente tem conseguido, dirimir os conflitos através do esclarecimento e do apontar do verdadeiro valor em jogo.

É nesta ambiência interna e num quadro externo de demanda exigente sobre a administração pública, que se pretende moderna e responsável, que se apresentam os resultados alcançados.



1.2. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E VALORES

Missão:

Realizar e acompanhar ações corretivas e pedagógicas que permitam a melhoria contínua da Administração Pública Regional e Local nas áreas jurídicas e financeiras.

Visão:

Tornar a IRAP um *primus inter pares* em termos de eficácia e de referência na Administração Pública Regional.

Objetivos estratégicos:

1. Dar visibilidade de excelência à IRAP
2. Reforçar o Corpo Insetivo quantitativa e qualitativamente
3. Definir procedimentos que garantam homogeneidade de resultados
4. Visitar todos os Serviços sujeitos à intervenção da IRAP com uma periodicidade de 8 anos.

Valores:

1. Ética
2. Isenção
3. Coesão
4. Qualidade
5. Eficácia
6. Parceria



1.3. EXTRATO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2015

Constavam do Plano de Atividades para o ano 2015 as seguintes oito ações ordinárias:

- Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha Graciosa;
- Auditoria à Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel;
- Auditoria à Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe;
- Auditoria à Escola Básica Integrada de Canto da Maia;
- Inspeção ao Município da Povoação;
- Inspeção ao Município das Velas;
- Inspeção ao Município de Vila do Porto;
- Inspeção aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Acresce referir que, a estas oito ações, para além doutros trabalhos menores e em curso, acresciam seis trabalhos transitados, em diferentes fases de concretização, do ano de 2014: as auditorias às unidades de saúde das ilhas das Flores e da Terceira, as inspeções aos municípios do Nordeste, da Calheta e da Lagoa, e ainda, em fase incipientíssima, a inspeção extraordinária ao município das Lajes das Flores.



2. EXECUÇÃO MATERIAL DO PLANO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

Ante às catorze ações acabadas de identificar, logo em meados de janeiro o Vice-presidente do Governo Regional, por solicitação do Secretário Regional da Educação e Cultura, determinou à IRAP a realização duma auditoria extraordinária ao Museu de Angra do Heroísmo. Essa auditoria realizada com carácter de urgência deu-se por concluída em abril.

Depois, no mês de maio, igualmente por determinação do Vice-presidente do Governo Regional foi iniciado um inquérito tutelar à Freguesia de S. Vicente Ferreira do concelho de Ponta Delgada com o objetivo de apurar determinados factos de índole financeira. Os trabalhos revelaram-se morosos, condicionaram e foram condicionados por outras ações da responsabilidade da equipa inspetiva, pelo que transitaram para o corrente ano.

No decorrer da primeira parte do ano deram-se por concluídas quatro ações transitadas do ano anterior, as inspeções aos municípios da Calheta, do Nordeste e ao da Lagoa e auditoria às Unidades de Saúde das Flores.

Em outubro deu-se por concluída a auditoria à Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe.

Assim, das ações transitadas do ano 2014, não se concluíram as respeitantes ao Município das Lajes das Flores e da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, também iniciada no disperso mês de dezembro daquele ano. A primeira, devido



fundamentalmente a duas ordens de razões que se prenderam com a necessidade de consultar e ouvir vários implicados a residirem, para além de na Ilha das Flores, também no Continente e até em Moçambique e, depois, com as garantias do exercício do direito do contraditório. A segunda justifica-se principalmente com a amplitude e a complexidade, aos vários níveis, do universo a observar e com o facto de a equipa ser diminuta e integrar um inspetor recém-admitido e, também, à observância do exercício do direito do contraditório dos vários interessados.

Para além das ações acabadas de referir, as ações transitadas do ano 2014 e as duas extraordinárias de 2015, iniciaram-se todas as oito ações inscritas no Plano de Atividades para esse ano.

Assim, a auditoria à Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe iniciou-se em abril e concluiu-se em outubro.

A inspeção aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo iniciou-se em junho e por motivos dilatórios de entrega das peças de audiência prévia transitou para o corrente ano de 2016.

Igualmente e pelos mesmos motivos a auditoria à Unidade de Saúde da Ilha Graciosa iniciou-se no mês de junho e transitou para o corrente ano.

Também a auditoria à Escola Básica e Integrada de Canto da Maia merece as mesmas observações.

As inspeções aos municípios da Povoação, Vila do Porto e Velas iniciaram-se, respetivamente, em agosto, setembro e outubro. Todas aguardavam em dezembro o exercício do direito do contraditório.



Por fim, refira-se que a auditoria à Unidade de Saúde de S. Miguel se iniciou em novembro e que a realização dos trabalhos de campo ainda transitaram para o corrente ano.

Esquemáticamente a atividade desenvolvida pela IRAP em 2015 foi a seguinte:

Quadro I - Atividade desenvolvida em 2015		
Plano 2014	Auditorias à Adm. Regional	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha das Flores
		Auditoria à Unidade de Saúde da Ilha Terceira
	Inspeções à Adm. Local	Inspeção Ordinária ao Município do Nordeste
		Inspeção Ordinária à câmara Municipal da Calheta
Plano 2015	Auditorias à Adm. Regional	Auditoria à Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe
		Auditoria à Escola Básica Integrada Canto da Maia
		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa
		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de s. Miguel
	Inspeções à Adm. Local	Inspeção Ordinária ao Município de Velas
		Insp. Ord. aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo
		Inspeção Ordinária ao Município de Povoação
		Inspeção Ordinária ao Município de Vila do Porto
Extra planos	Aud. Extr. Adm. Regional	Aud. ao Museu de Angra do Heroísmo por eventuais pagamentos da Ordem Terceira por utilização da Igreja de N.ª Senhora da Guia
	Inspeção Extr. Autarquia	Inspeção Extraordinária ao Município das Lajes das Flores
	Inquérito a Autarquia	Inquérito à Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira
	Exposições	Sobre o regulamento do comércio a retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes - Entidade visada Município do Nordeste.
		De um subempreiteiro contra o P.te da J.F. de São Roque do Pico
		Exposição sobre a Junta de Freguesia de S. Bento
		Sobre irregularidades na Câmara M. de Vila Franca do Campo
		Sobre incompatibilidades no S. Desenvolvimento Agrário do Pico
		Sobre irregularidades no registo de animais - S.D. Agrário do Pico
		Sobre concurso publicitado na BEPA 7330 - EBI Rabo de Peixe
	Sobre condições no local de trabalho - EBS da Ribeira Grande	
	Queixas eletrónicas	Sobre divulgação de dados pessoais
		Sobre procedimento concursal - Direção Regional do Ambiente
Sobre prova de conhecimentos p/ assistente operacional - SGPG		
Sobre entrevista profissional de seleção para a EBI Ponta Garça		
Sobre vencimentos em atraso por empresa da Ribeira Grande		
Sobre a J. Freguesia Lajes do Pico - trabalhadora sem vínculo		
Sobre recusa em aceitar uma justificação à falta de convocatória		
Sobre venda de lote na zona industrial de Vila do Porto.		
Sobre o uso de dinheiros públicos no Clube de Tiro da Terceira		
Sobre violação do CPA pela CM de Vila do Porto		



O quadro demonstra o caráter dinâmico da atividade da IRAP, na medida em que as ações ordinárias e extraordinárias ultrapassam o estritamente planeado para o ano 2015, exatamente, em cem por cento.

A par daquelas atividades enumeradas, a que chamaremos, tradicionais, há que referir uma nova, decorrente da entrada em vigor da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que pelo seu n.º 2 do artigo 4.º incumbe à IRAP da verificação das condições de saúde e segurança no trabalho nas entidades empregadoras públicas. As várias situações chegaram, primeiro, por reendereço da Inspeção Regional do Trabalho, serviço que inicialmente detinha essa atribuição, depois pelas respetivas entidades empregadoras e ocasionalmente pela Polícia de Segurança Pública, quando chamada a tomar conta das ocorrências. Foram relatados vinte e nove acidentes, das quais foram abertos vinte e sete processos, considerando que duas participações ocorreram por dupla via.

Regista-se ainda a par de todas aquelas ações enumeradas e recorrentes ao longo do ano, o envolvimento do Inspetor Regional, do Subinspetor Regional e de uma Inspetora durante o primeiro semestre, nos procedimentos de recrutamento e seleção de dois novos inspetores, uma jurista o outro licenciado em Gestão, que culminou com as suas admissões para o período probatório em julho.



2.2. PESSOAL AFETO

Como se referiu no início, na Nota Prévia, a IRAP conta com uma equipa dirigente, constituída por um Inspetor Regional e por um Subinspetor Regional, um Corpo Insetivo e de Auditoria e pelo Núcleo de Apoio, constituídos, a 31 de dezembro, respetivamente, catorze inspetores e dois assistentes técnicos.

Acresce mencionar que, na sequência da entrada em vigor da já referida Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, se optou com carácter de urgência por colocar uma trabalhadora habilitada com o Curso Superior de Higiene e Segurança no Trabalho através do programa “CTTS – Ocupação Temporária de Trabalhadores Beneficiários de Subsídio de Desemprego”. A colocação ocorreu a partir de agosto.

Assim e ilustrando, vejamos a caracterização do pessoal afeto à IRAP, em 31 de dezembro, no seguinte mapa:

IRAP	LISTA DE PESSOAL	N.º DE AFETOS	PROVIDOS	EM EXERCÍCIO EFETIVO NA IRAP	FORM/BASE PESSOAL EXERCÍCIO				EFETIVOS A DESEMPENHAR OUTRAS FUNÇÕES	RESPEITIVA SITUAÇÃO
					DIREITO	GESTÃO	ECONOMIA	Administração Pública		
DIRIGENTES	Inspetor Regional	1	1	1	1					
	Sub Inspetor Regional	1	1	1	1					
SUB-TOTAL		2	1	2	2					
INSPETORES		14	14	11	7	5	1	1	3	
SUB-TOTAL		14	14	11	7	5	1	1	3	
ASSISTENTES TÉCNICOS	Assistente Técnico	2	2	2						
	SUB-TOTAL	2	2	2						



Especificando, verifica-se que o Inspetor Regional é inspetor de carreira e afeto à IRAP e com formação em direito, mas o Subinspetor, provido em sequência de concurso público, é oriundo da carreira técnica superior e afeto a outro serviço público regional, se bem que também é jurista.

Por outro lado, verifica-se que, dos catorze inspetores da carreira de inspeção, três não desempenham as funções inerentes à sua categoria profissional, na medida em que um é o Vice-Presidente do Governo Regional, dois exercem funções na Administração Pública em comissão de serviço, respetivamente, o Inspetor Regional da Administração Pública e um Vogal do Conselho de Administração do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores. Além destes, mais dois não contribuíram com a força do seu trabalho para o desenvolvimento das atividades da IRAP. Um encontrou-se, a tempo inteiro, em exercício de atividade sindical, desempenhando as funções de Secretário Coordenador do sindicato SINTAP/ Açores e Presidente deste sindicato a nível nacional, com dispensa legal de prestar serviço em todos os dias úteis do ano. Outra, durante todo o ano, encontrou-se em situação de doença.

Mostra ainda o quadro que a formação base dominante é de Direito, seguida da de Gestão e, por último, das de Economia e de Administração Pública.

Mencione-se ainda que dois dos inspetores se encontravam em situação de nomeação provisória, pois foram admitidos em julho por um período probatório de um ano.





2.3. DIREITOS SOCIAIS DOS COLABORADORES

Relata-se de seguida o gozo dos direitos sociais dos trabalhadores e que se traduziram em dias de ausência, nos seguintes termos:

Quadro III - Total de Dias de Ausência em 2015

ABSENTISMO	DIAS
Falecimento de familiar	3
Doença	438
Parentalidade	2
Assistência a familiares	16
Dispensa sindical	275
Trabalhador Estudante	2
Dias de greve	1
Por conta do período de férias	35
Férias	283,5
Acidentes em serviço	-
Outras faltas	11
TOTAL	1066,5

Desde logo destaca-se a ausência ao serviço por motivo de doença, que no ano de 2015 atinge os 438 dias, mais 14 do que os 424 do ano anterior, para a qual contribui a situação de doença prolongada de uma inspetora desde 29 de maio de 2013.

Do quadro sobressai ainda, logo a seguir ao número de dias de ausência por motivo de férias, o número de dias utilizado pelos trabalhadores da IRAP para a atividade sindical – 275 contra 250,5 gozados em 2014- distribuídos da seguinte forma:



Quadro IV - Dias de Actividade Sindical Exercida em 2015

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	1 Dias
INSPETORES													
José Dias	5,6,7,8,9,12,13,14,15,16		5,6,13,20,23	22 ^{1/2} ,24,27,28,29,30	22,27,28,29	1,2,3,4,5,8,9,12 ^{1/2}	2,3,21		23,24,25	1,2	16,17,18,19,20,23	4,10,11,14,15	51
Francisco Pimentel	2,5,6,7,8,9,12,13,14,15,16,19,20,21,22,23,26,27,28,29,30	2,3,4,5,6,9,10,11,12,13,16,18,19,20,23,24,25,26,27	23,24,25,26,27,31	1,2,6,7,8,9,10,27	4,5,6,7,8,11,12,13,14,15,18,19,20,21,22,26,27,28,29	1,2,3,4,5,8,9,11,12,15,16,17,18,19,22,23,24,25,26,29,30	1,2,3,6,7,8,9,10,13,14,15,16,17,20,21,22,23,24,27,28,29,30,31	3,4,5,6,7,10,11,12,13,14,17,18,19,20,21,24,25,26,27,28,31	1,2,3,4,7,8,9,10,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,28,29,30	1,2,5,6,7,8,9,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30	2,3,4,5,6,9,10,11,12,13,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,30	1,2,3,4,7,9,10,11,14,15,16,17,18,21,22,23,24,28,29,30,31	228
Rui Ferreira			20						18		19,20	11	5
João Lima									18		25		2
PESSOAL ADMINISTRATIVO													
Margarida Resend					26		2 ^{1/2} ; 3,6		4	15,22	11	3,17	9,5
Sandra Ornelas					22 ^{1/2}		16 ^{1/2}				11	3 ^{1/2} ; 17 ^{1/2}	3

Da observação deste quadro, recorde-se que dum universo de quinze trabalhadores, seis gozaram de dispensas para o exercício de atividade sindical. Sendo estas faltas justificadas e normais, já o seu elevado número pode revelar alguns constrangimentos à gestão.

2.4. ATIVIDADES SECUNDÁRIAS À MISSÃO

Para além da atividade inspetiva, que mais à frente será tratada, a IRAP desenvolveu outras tarefas, designadamente as que decorrem do exercício da atividade burocrática, como se ilustra na página seguinte:



Quadro V - Atividades de Ordem Burocrática 2015

Tipo de Documentos	Quantidade
Correspondência Recebida	813
Correspondência Expedida	598
Informações	12
Pareceres	7
Ordens de Serviço	9
Processos abertos em 2015	122
Exposições	9
Queixas Eletrónicas	9

Paralelamente ao desenvolvimento da sua atividade principal e desta última, a IRAP, à semelhança dos anos anteriores, continuou a desenvolver contactos, designadamente, nas pessoas dos seus dirigentes, com o objetivo de reforço da colaboração com outros órgãos, dos quais se salientam:

- Participação do Inspetor Regional, no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado – SCI, instituído pelo Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de Junho, que incorpora todas as inspeções a nível nacional e a nível regional, enquanto serviço estratégico de controlo de 2.º nível, nas diversas reuniões ocorridas do Conselho Coordenador;
- Participação do Inspetor Regional, como membro efetivo indicado pela Região Autónoma dos Açores, em nove reuniões da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, entidade independente que funciona junto da Assembleia da República, procedendo à preparação de cerca de quarenta pareceres que foram objeto de discussão e aprovação, nas suas sessões;



- O Inspetor Regional participou ainda, em sede de órgãos coletivos da Administração Regional, por várias ocasiões e concretamente em sessões do Conselho de Avaliação dos Serviços Públicos Regionais, do Conselho Coordenador de Avaliação da Vice-Presidência do Governo Regional do Governo e do Núcleo para a Promoção da Qualidade do mesmo departamento governamental;
- Participação do Subinspetor Regional em reuniões sectoriais dos grupos de trabalho formados no seio do Sistema de Controlo Interno.

2.5. AÇÕES DOS INSPETORES

As linhas de força que estruturam genericamente a atuação da IRAP, ou seja, o controlo e a auditoria, não esquecendo a componente pedagógica, operacionalizam-se em diversas áreas de atividades, como se viu no supra Quadro I, mormente no âmbito dos Serviços da Administração Regional Autónoma e das Autarquias Locais sediadas na Região.

Assim, veja-se o Quadro VI, na página seguinte.



Quadro VI - Atividade desenvolvida pelos inspetores em 2015

INSPECTORES	Ações em Conclusão Plano Anterior	Ações ordinárias	Ações Extraordinárias	Inquéritos	Auditorias	Concursos	Processo	Fase do Processo
Dr. Pimentel Dias	x	x					Inspeção Ordinária ao Município da Lagoa	Concluído
	x	x					Inspeção Ordinária à Câmara Municipal da Calheta	Concluído
		x					Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Em Curso
		x					Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Velas	Em Curso
		x					Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Povoação	Em Curso
Dr. João Lima	x		x				Inspeção Extraordinária ao Município das Lajes das Flores	Em Curso
		x		x	x		Auditoria Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe	Concluído
			x	x			Inquérito ao Museu de angra do Heroísmo	Concluído
		x					Inspeção Ordinária ao Município de Vila do Porto	Em Curso
Dr. Rui Ferreira		x				x	Auditoria à Escola Básica Integrada Canto da Maia	Concluído
	x		x				Inspeção Extraordinária ao Município das Lajes das Flores	Em Curso
		x					Auditoria Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe	Concluído
			x	x			Inquérito ao Museu de angra do Heroísmo	Concluído
		x					Inspeção Ordinária ao Município de Vila do Porto	Em Curso
Dr.ª Paula Raleiras		x				x	Auditoria à Escola Básica Integrada Canto da Maia	Concluído
	x				x		Auditoria à Unidade de Saúde da Ilha das Flores	Concluído
	x				x		Auditoria à Unidade de saúde de Ilha Terceira	Em Curso
		x				x	Auditoria à Unidade de saúde de Ilha Graciosa	Em Curso
	x	x				x	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha S. Miguel	Em Curso
	x						Inspeção Ordinária ao Município de Nordeste	Concluído
	x					x	Concurso BEPA 7430, Licenciatura em Administração Pública, Economia e Gestão	Em Curso
					x	Concurso BEPA 7430, Licenciatura em Direito	Em Curso	
Dr.ª Paula Santos			x	x			Inquérito à Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira	Em Curso
	x				x		Auditoria à Unidade de Saúde da Ilha das Flores	Concluído
	x				x		Auditoria à Unidade de saúde de Ilha Terceira	Em Curso
		x				x	Auditoria à Unidade de saúde de Ilha Graciosa	Em Curso
	x	x					Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha S. Miguel	Em Curso
	x						Inspeção Ordinária ao Município de Nordeste	Concluído
Dr. Francisco Lima							Inquérito à Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira	Em Curso
	x	x					Inspeção Ordinária à Câmara Municipal da Calheta	Concluído
	x				x		Auditoria à Unidade de saúde de Ilha Terceira	Em Curso
		x			x		Auditoria à Unidade de saúde de Ilha Graciosa	Em Curso
Dr. Nelson Henriques							Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha S. Miguel	Em Curso
	x	x					Inspeção Ordinária ao Município de Nordeste	Concluído
	x	x					Inspeção Ordinária ao Município da Lagoa	Concluído
		x					Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Em Curso
		x					Inspeção Ordinária ao Município de Velas	Em Curso
Dr.ª Patricia Borges							Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Povoação	Em Curso
Dr. Libânio Azevedo	x					x	Curso de Formação Específica para a Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspectores	Em Curso
	x					x	Curso de Formação Específica para a Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspectores	Em Curso



2.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que respeita aos recursos financeiros, a dotação global do orçamento da IRAP, para 2015, foi de € 616 270, mais € 52 050 que no ano anterior, tendo-se executado € 608 675,03, remanescendo um saldo de € 7 597,97.

Como de costume a rubrica *01.00.00 – Despesas com pessoal* (orçado em € 586 750 e gasto € 584 680,43) continuou a assumir grande importância dentro do conjunto da despesa projetada e executada (cerca de 95% em ambos os casos) uma vez que a atividade desenvolvida pela IRAP passa necessária e fundamentalmente pela remuneração dos recursos humanos que lhe estão afetos. Se àquele valor acrescentarmos cerca de € 15 000 despendidos com a rubrica das deslocações e estadas ($\approx 2,5\%$) concluiremos que $\approx 97,5\%$ da despesa realizada pela IRAP foi para remunerar a sua atividade principal – controlo das equipas inspetivas sobre as entidades auditadas/ inspecionadas.

Esclareça-se que do reforço adicional referente ao ano anterior de € 52 050, €40 380 foi afetado aos vencimentos dos novos inspetores e da trabalhadora colocada temporariamente.

Por rúbrica, a estrutura da despesa é a que consta do quadro da página seguinte:

**Quadro VII - RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS E UTILIZADOS EM 2015**

CÓDIGO	RUBRICAS	ORÇAMENTO (previsão)	DESPESA
01	Despesas Com Pessoal	586 630,00	584 680,43
01 01	Remunerações Certas e Permanentes	468 750,00	468 237,57
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função	364 800,00	364 678,96
010108	Pessoal aguardar aposentação	20,00	
010110	Gratificações	14 950,00	14 696,83
010111	Representação	9 950,00	9 901,21
010113	Subsidio de refeição	12 400,00	12 357,38
010114	Subsidio de férias e Natal	63 550,00	63 526,30
010115	Remunerações por doenças e maternidade	3 080,00	3 076,89
01 02	Abonos variáveis ou eventuais	6 700,00	5 881,90
0102 02	Horas extraordinárias	50,00	
0102 04	Ajudas de custo em território nacional	4 000,00	3 361,39
0102 14 A	Remuneração complementar	2 650,00	2 520,51
01 03	Segurança Social	111 180,00	110 560,96
0103 05 A	Caixa Geral de Aposentações	98 280,00	98 107,43
0103 05 B	Segurança Social	10 850,00	10 831,23
0103 06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	50,00	
0103 09	Seguros	1 100,00	1 026,54
0103 10	Parentalidade	900,00	595,76
02	Aquisições de Bens e Serviços	19 320,00	17 116,47
02 01	Aquisição de bens	1 340,00	651,46
02 0104	Limpeza e higiene	50,00	
02 0108	Material de escritório	830,00	523,54
02 0114	Outro material-peças	50,00	
02 0117	Ferramentas e utensílios	90,00	16,39
02 0118	Livros e documentação técnica	120,00	42,50
02 0121	Outros Bens	200,00	69,03
02 02	Aquisição de serviços	17 980,00	16 465,01
02 02 01	Encargos das instalações	970,00	760,72
02 02 03	Conservação de bens	220,00	194,70
02 02 09 A	Internet	100,00	76,51
02 02 09 B	Com. Fixas Voz	20,00	
02 02 09 C	Com. Fixas de dados	20,00	
02 02 09 D	Com. Moveis	600,00	463,42
02 02 09 E	Outros Serviços Conexos	20,00	
02 02 09	Outros Serviços de Comunicação	20,00	
02 02 10	Transportes	100,00	15,24
02 02 13	Deslocações e Estadas Nacionais	15 410,00	14 723,45
02 02 15	Formação	50,00	
02 02 17	Publicidade	100,00	
02 02 20	Outros trabalhos especializados	250,00	203,15
02 02 25	Outros serviços	100,00	27,82
04	Transferências Correntes	4 960,00	4 946,71
04 06	Segurança Social	870,00	866,61
04 06 00	Segurança Social	870,00	866,61
04 08	Famílias	4 090,00	4 080,10
04 08 02	Famílias-Outras	4 090,00	4 080,10
06	Outras Despesas Correntes	2 500,00	0,00
06 02	Outras	2 500,00	0,00
06 02 03	Fundo de Mancao	2 500,00	
07	Aquisição de Bens de Capital	2 860,00	1 931,42
07 01	Investimentos	2 860,00	1 931,42
07 0107	Equipamnto de Informática	1 500,00	1 367,38
07 0109	Equipamento administrativo	1 360,00	564,04
	TOTAL	6 16 270,00	6 08 675,03



3. AUTOAVALIAÇÃO

Sucintamente e para além do que foi dito, a autoavaliação da IRAP baseia-se na análise crítica e articulada do QUAR, do Plano de Atividades e dos recursos financeiros e humanos que lhe são colocados à disposição.

Nesta análise há igualmente que ter em conta todos aqueles que são nossos “clientes/ destinatários” (stakeholders), internos e externos, como nos organizámos para prosseguirmos a nossa missão e os resultados obtidos.

Esquemáticamente, vejamos o projetado e o concretizado:

OBJECTIVOS OPERACIONAIS		Realizado 2014	Meta 2015	Concretização			Desvio
				Resultado	Classificação		
					Superou	Atingiu	Não atingiu
EFICÁCIA - Ponderação 60%							
OB 1	Ponderação de 90%						
Realizar um número satisfatório de UA relativas às ações desenvolvidas na administração regional e local	Indicador 1 Peso - 100%	Número de Unidades de ação realizadas, obtido através	8,0	8,00	8,00	3,00	0,0%
OB 2	Ponderação de 10%						
Dar resposta a 80% das exposições, queixas eletrónicas e pedidos de colaboração .	Indicador 2 Peso - 100%	Taxa de respostas dadas, relativamente à totalidade	80,00%	80,00%	100,00%	5,00	25,0%



EFICIÊNCIA - Ponderação 30%							
OB 3	Ponderação de 100%						
Melhorar a relação entre a utilização de recursos (dotações orçamentais) e o número de Unidades de Ação Realizadas - UAR	Indicador 3	Orçamento ou Despesa Total Processada / Unidades de Ação	76 656 €	76 084 €	5,00		0,8%
	<i>Peso - 60%</i>						
	Indicador 4	Orçamento ou Despesa Total Processada / Data de corte final do mês em que vier a ocorrer	76 656 €	76 084 €	5,00		0,8%
	<i>Peso - 40%</i>						
QUALIDADE - Ponderação 10%							
OB 4	Ponderação de 100%						
Melhorar a qualidade geral do trabalho produzido, através da padronização e uniformização de procedimentos, visando a obtenção de maior valor acrescentado para o conjunto da Administração Pública Regional e Local.	Indicador 5	Média da pontuação obtida nos Questionários realizados dos junto das entidades/serviços inspecionados	0,60	0,93	5,00		55,0%
	<i>Peso - 100%</i>						

Justificação para os desvios ...

Meios disponíveis

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	20x1	20	20	
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16x1	16	16	
Técnicos Superiores	12x10	120	192	72
Técnicos Profissionais				
Assistentes Técnicos	5x2	10	10	0
Assistentes Operacionais				
TOTAL		266	338	72

Orçamento (€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	613 250,00	608 675,03	-4575
Plano	0,00	0,00	0,00

Parâmetros	Eficácia	Eficiência	Qualidade
	Ponderação	Ponderação	Ponderação
	60,00%	30,00%	10,00%
	1,92	1,50	0,50
Avaliação final do serviço			
Satisfatório			
3,92			



Analisando o quadro de avaliação e responsabilização 2015 das páginas seguintes, verifica-se quanto aos objetivos operacionais o seguinte:

1. Quanto ao objetivo 1, considera-se que foi atingido tendo em conta que se cumpriu, em termos de unidades de ação, o programado;
2. Quanto ao objetivo 2, das várias exposições, pedidos de colaboração e queixas eletrónicas a IRAP conseguiu dar o tratamento adequado a todas. Atendendo a que o propósito era satisfazer oitenta por cento dos entrados e obtendo-se uma taxa de concretização de 100%, o que excedeu o esperado em 25%, ultrapassando o critério de superação em 5%, conclui-se que este resultado superou o objetivo;
3. Relativamente ao objetivo 3, imputando os custos a oito unidades de ação e verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, conclui-se que se superou o objetivo;
4. Por fim e quanto ao objetivo 4, apesar da necessária colaboração dos nossos “clientes” se considerar ainda escassa, mas, por respeito aos que devolveram os inquéritos de avaliação dos procedimentos e os valores indicativos dos resultados, podemos considerar que o objetivo foi superado, uma vez que a média de satisfação dos clientes atingiu os 92,96% (93%).

Conclui-se, pois, e aplicando a fórmula expressa no quadro, que o Serviço teve um DESEMPENHO SATISFATÓRIO ao atingir a nota quantitativa de 3,92.

Angra do Heroísmo, 31 de março de 2016

O INSPETOR REGIONAL,

Antero Fernandes Rolo